

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA Nº 3 DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE PORTO DE MÓS, REALIZADA EM VINTE E QUATRO DE JUNHO DE DOIS MIL E DEZASSEIS

-----Aos vinte e quatro dias do mês de junho de dois mil e dezasseis, pelas vinte horas, no Edifício da Assembleia Municipal, sito no Solar dos Gorjões, no Largo de S. João Baptista, em Porto de Mós, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal, devidamente convocada, e com a seguinte ordem de trabalhos:-----

-----1. Prestação de Contas Consolidadas – Ano 2015; (apreciação, discussão e votação)-----

-----2. Contratos Interadministrativos com as Juntas de Freguesia; (apreciação, discussão e votação)-----

-----3. Processo n.º 584/1999 – Requerente – Carlos Manuel dos Santos: pedido de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da ampliação da pedreira, denominada “Alto do Agriral”, sita em Penedos Belos, freguesia de São Bento (apreciação, discussão e votação)-----

-----4. Informação nos termos da alínea c), nº 2 do artigo 25º da Lei 75/2013, de 12 de Setembro.-----

-----**1 – ABERTURA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – CHAMADA:**-----

-----Faltaram à sessão, os seguintes membros: Benvinda da Silva Cláudio Januário (PSD – Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Alcaria e Alvados – falta Justificada), Carlos Manuel Amado Cordeiro (Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso – PSD – falta justificada); Mário Alberto Rosa da Cruz (CDS/PP); Rita Isabel da Silva Pereira (PS – falta justificada).---

-----Estavam presentes, pela Câmara Municipal, o senhor Presidente João Salgueiro, e os senhores Vereadores Albino Pereira Januário, Anabela Martins, Rui Fernando Correia Marto, Rita Cerejo, António José Jesus Ferreira e Nélia Maria da Piedade Nogueira e a Chefe de Divisão Neuza Morins.-----

-----A prestar apoio à Assembleia Municipal, nos termos do nº 2 do artigo 26º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, encontravam-se as Assistentes Técnicas Maria Fernanda Pinguicha Toureiro e Maria Alina Santos Areias.-----

-----O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso foi substituído pela Secretária daquela Junta de Freguesia, Dulce Maria Amado Custodio, portadora do cartão de cidadão nº

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

10164767 e NIF 212 501 062. Também a senhora Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Alcaria e Alvados se fez substituir pelo Tesoureiro daquela Junta de Freguesia, o senhor Paulo Jorge Melo dos Santos, portador do Bilhete de Identidade nº 9406453, e NIF 207635 323.-----

-----2. APROVAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ANTERIOR:-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal, passou depois a perguntar à Assembleia Municipal se alguém queria fazer algum reparo à ata da anterior sessão ordinária, pedindo aos serviços de apoio à Assembleia que se corrigisse a situação da falta do membro António Pereira Carvalho, que foi considerada justificada, e que isso mesmo constasse da presente ata. Não havendo mais reparos a fazer, passou então o senhor Presidente da Assembleia a pôr a votação a referida ata, tendo a mesma sido **aprovada por maioria**.-----

-----3. LEITURA DO EXPEDIENTE:-----

-----O Senhor Presidente da Assembleia fez depois referência à correspondência recebida nos respetivos serviços desde a realização da última sessão desta Assembleia, ficando a mesma disponível para consulta de quem assim o pretenda.-----

-----Disse depois que queria referir-se à proposta que lhe foi feita pelo seu congénere da Assembleia Municipal de Torre de Moncorvo, no sentido de fazer parte da Associação Nacional de Assembleias Municipais e que foi enviada oportunamente a todos os membros desta Assembleia, pondo à consideração dos presentes se valeria a pena Assembleia Municipal de Porto de Mós fazer parte desta associação, dada a existência da Associação Nacional de Municípios Portugueses que representa todos os municípios portugueses. Acrescentou ainda que em sua opinião, e sem ver a real utilidade de tal associação, não faz sentido essa adesão.-----

-----Luís Carlos Vieira Monteiro (PSD):-----

-----Usando da palavra corroborou a opinião do senhor Presidente da Assembleia Municipal no sentido da não adesão. Referiu depois que, da análise dos documentos recebidos, concluiu que se trata de uma associação de direito privado, de Presidentes de Assembleias Municipais, pelo que o senhor Presidente é livre de aderir ou não. Disse ainda que nesta associação se está a misturar algo que é político com algo que é associativo.-----

-----Júlio João Carreira Vieira (PSD):-----

-----Depois de cumprimentar os presentes, disse que concorda com o que foi dito aqui pelo anterior interveniente e pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal, tanto mais que existe a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Associação Nacional de Municípios Portugueses onde todos estão representados. Terminou dizendo tratar-se de uma proposta extemporânea pelo que nem sequer deve a mesma ser posta a votação.

-----**António Manuel de Sousa Pires (PSD)** pediu a palavra para pedir esclarecimento sobre o pedido de suspensão do mandato do membro da Assembleia Hélder Paulino Ferreira (PS), que consta da relação da correspondência recebida, tendo o senhor Presidente da Assembleia referido que este pediu a suspensão do mandato por forma a ser substituído aquando da anterior sessão, conforme é usual e de acordo com a letra da lei.

-----Seguidamente, o senhor Presidente da Assembleia Municipal, disse que queria pôr à consideração do plenário, por requerimento da Câmara Municipal, atendendo à urgência dos assuntos em questão, do aditamento à presente ordem de trabalhos, dos seguintes pontos: -----

- 1. *Modificações orçamentais – 2.ª revisão ao Orçamento do ano de 2016;*-----
- 2. *Modificações orçamentais – 2.ª revisão às Grandes Opções do Plano do ano de 2016;*-----
- 3. *1ª Alteração das Medidas de Execução Orçamental;*-----

-----Apresentou depois **a proposta final de ordem de trabalhos da presente sessão, que a seguir se transcreve:**-----

-----Ordem de Trabalhos-----

- 1. *Prestação de Contas Consolidadas – Ano 2015;*-----
- 2. *Modificações orçamentais – 2.ª revisão ao Orçamento do ano de 2016 ;*-----
- 3. *Modificações orçamentais – 2.ª revisão às Grandes Opções do Plano do ano de 2016;*-----
- 4. *1ª Alteração das Medidas de Execução Orçamental;*-----
- 5. *Contratos Interadministrativos com as Juntas de Freguesia;*-----
- 6. *Processo n.º 584/1999 – Requerente – Carlos Manuel dos Santos: pedido de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da ampliação da pedreira, denominada "Alto do Agriral", sita em Penedos Belos, freguesia de São Bento;*-----
- 7. *Informação nos termos da alínea c), nº 2 do artigo 25º da Lei 75/2013 de 12 de setembro.*-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal, depois de cumprimentar todos os presentes, passou a usar da palavra para explicar a necessidade da inclusão desses pontos da ordem de trabalhos, nomeadamente no que se refere aos pontos 2 e 3 que têm a ver com as obras do Centro Escolar de Porto de Mós, pois tendo sido aprovada a candidatura que havia sido efetuada, deverá a despesa que já foi efetuada pela Câmara Municipal, reverter como receita. Quanto à alteração das medidas de execução orçamental, conforme proposta que foi presente a reunião de Câmara,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

o artigo 7º das medidas orçamentais estabelece como limite à despesa fiscal o montante de cento e cinquenta mil euros, sendo que a concessão de isenções ou reduções, fica limitada pelo sujeito passivo a 5% desse limite. Quando o mesmo for ultrapassado, a concessão de isenções ou redução de taxas, deve ser autorizada pela Assembleia Municipal. O senhor Presidente passou a referir que desde há algum tempo se tem vindo a perceber alguma falta de equidade entre alguns dos empresários do concelho que aqui estão a construir as suas empresas, nomeadamente no que refere a ampliações, tendo-se verificado que uma empresa que tenha uma indústria que se localize numa zona industrial ou num loteamento, está isenta das taxas de infraestruturas e das taxas de compensação, as chamadas taxas de urbanização. Todos os outros, que não ficarem dentro da zona industrial ou em loteamento, terão de pagar estas taxas de urbanização. Assim, e atenta a desproporcionalidade existente, o que a Camara Municipal propõe é que se passe de cento e cinquenta mil para trezentos mil euros, como valor sobre o qual irão incidir os referidos 5%.-----

-----Assim sendo, o senhor Presidente da Assembleia Municipal **submeteu a votação a proposta de ordem de trabalhos acima transcrita, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.**-----

4. PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

-----Entrando no período de antes da ordem do dia o senhor Presidente da Assembleia passou a referir que estavam abertas as inscrições para quem quisesse intervir.-----

António da Conceição Ferraria (CDU):-----

-----Usando da palavra colocou algumas questões ao executivo municipal, nomeadamente no que se refere ao mau estado da estrada que liga a Pia Carneira à Fontainha, bem como a do Covão Frade e a de Alqueidão da Serra que liga à Batalha.-----

Joaquim Santiago Virgílio Alves (PS):-----

-----Usou da palavra para questionar o senhor Presidente sobre para quando a colocação do tapete na estrada que liga a rotunda dos bombeiros a Albergaria na freguesia de Juncal.-----

Júlio João Carreira Vieira (PSD):-----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes, disse que se iria referir à questão do IEJ – Instituto Educativo do Juncal, que tanta polémica tem suscitado. Começou por dizer que este é um problema sério e que não sendo defensor da privatização da educação em Portugal acha que existem situações que devem ser analisadas caso a caso, pontualmente. Continuou dizendo que o

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

IEJ é um desses casos, e que constituiu para si e para a sua bancada, motivo de preocupação, até pela importância que o colégio tem na vida económica duma freguesia como a do Juncal, pelo que a defesa da sua continuidade, é para si, uma questão muito clara relativamente à qual não existe qualquer dúvida. Disse depois que acha que a escola pública deve continuar a ser reforçada mas que a questão do IEJ é um caso especial e de muita importância. Dizendo saber que só foi atribuído ao colégio uma turma de início de ciclo do 5º ano, que nem sequer cobre a totalidade das crianças das três freguesias abrangidas (Juncal, Pedreiras e Calvaria de Cima), perguntou quais foram as ações concretas que o município tomou na defesa da continuidade deste colégio, ou que pensa ainda tomar no sentido de reverter essa situação, que pode condenar o colégio, num prazo muito curto, a ter de despedir dezenas de pessoas comprometendo as expectativas legítimas de quem pôs ali as crianças e que agora se vê de alguma forma inibido de elas lá poderem continuar. Sabendo que o processo está num ponto em que só a autarquia junto da Secretaria de Estado pode fazer alguma coisa, para que pontualmente ainda se conseguir corrigir qualquer coisa, perguntou mais uma vez, o que é que já foi feito ou o que é que o executivo pensa fazer.-----

-----Disse depois que queria aqui colocar uma questão que tem a ver com a nova estrutura que foi criada no espaço das tasquinhas. Continuou referindo que já disse aqui muita vez que hoje em dia, um dos papéis mais importantes que uma autarquia tem é a capacidade de tomar iniciativas no sentido de desenvolver o seu espaço territorial. Sendo certo que não é o município que cria empregos nem empresas, é obrigação do mesmo, através das políticas que desenvolve, de captar investimento. Era fundamental para este executivo no 1º mandato. Daí ter anunciado a construção de um grande pavilhão multiusos. Já no 2º mandato, tendo sido abandonado a ideia do multiusos, apareceu uma nova infraestrutura, o CAE – Centro de Atividades Económicas, o que a si até lhe parece bem, pois neste momento poucos são os municípios que não têm uma infraestrutura deste tipo, independentemente do nome que lhe deem, e que permite desenvolver um conjunto de atividades ao longo do ano. Em Porto de Mós, se se quiser organizar um evento, seja ele de cariz económico, social ou cultural terá que ser em espaço livre, ou seja no Parque Verde. Assim, disse achar estranho, que se invistam quase duzentos mil euros, só numa das alas das tasquinhas, para criar uma estrutura física que vai servir uma vez por ano. A sua opinião é que era preferível investir, não naquela estrutura para servir uma vez no ano, mas numa infraestrutura que permitisse não só a realização das tasquinhas como um conjunto de atividades ao longo do ano. Terminou perguntando se aquela estrutura está enquadrada no novo Plano de Pormenor da Várzea e se está enquadrada de forma a poder ter lugar uma reorganização da zona desportiva. Disse ainda que, olhando para aquela zona desportiva e olhando para a zona desportiva da Batalha vê-se a diferença. Na Batalha a zona desportiva está enquadrada, foi pensada, enquanto que esta nasceu de improviso, pelo que mais tarde ou mais cedo, se vai ter de reorganizar aquela zona. Outra questão que gostaria de levantar aqui, tem a ver com a remodelação da rotunda do

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Intermarché. Há um ano, disse, aquela rotunda foi alterada, tendo lá sido colocada uma escultura, que levantou alguma polémica, porque uns gostaram e outros não, pois apesar de se tratar de uma obra de arte valiosa a mesma estava desenquadrada naquele local. Disse estranhar que um ano depois, quem lá pôs aquela obra de arte, lá coloque outra alusiva a D. Fuas Roupinho, perguntando porquê esta personalidade e não outra e como foi que a Câmara chegou a esse nome, questionando se isso foi objeto de discussão em reunião de Câmara e perguntando ainda qual o prazo de validade daquela rotunda. Disse ainda que gostava que lhe explicassem como se chegou à ideia de lá colocarem uma obra alusiva a D. Fuas Roupinho e qual a estratégia: se é apenas ali colocarem essa obra e mais nada ou se é exponenciar a lenda de D. Fuas Roupinho, valorizar o papel de D. Fuas Roupinho e a passagem dele por Porto de Mós, num contexto de promoção do concelho de Porto de Mós. Terminou dizendo que gostava de fazer um pedido. Por vezes a Câmara e a Assembleia Municipal também, organizam determinados eventos e encontram parceiros na divulgação do evento o que considera muito bem, mas dizendo que lhe custa ver a desvalorização que é feita do jornal e da rádio locais, pois convida-se a rádio 94 FM, o Jornal de Leiria e o Região de Leiria relegando para segundo plano a Rádio D. Fuas e o jornal O Portomosense, bem como os profissionais que ali trabalham. Continuou dizendo que o facto de ficarem de lado nestes momentos que são importantes para o concelho, desvaloriza-os, não os credibiliza. Nessa perspetiva, disse que gostaria de pedir que, sempre que se realizem eventos relevantes em Porto de Mós, não se desvalorizem a rádio e o jornal locais.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia usou da palavra para dizer que, pela sua parte, e em todos os eventos que a Assembleia Municipal tem vindo a organizar, sempre prestigiou o jornal e a rádio locais, de tal forma que até as declarações que tem proferido sempre foram entregues em mão ao diretor de O Portomosense.-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a responder aos anteriores intervenientes, começando por dizer a **António da Conceição Ferraria (CDU)** que a estrada a que aquele se referiu na freguesia de S. Bento, que liga Pia Carneira a Fontainhas não será alcatroada por enquanto, pois existem necessidades mais prementes na freguesia, como sejam as estradas principais. Quanto à estrada do Alqueidão, existe um compromisso com o senhor Presidente da Junta de esta estrada ser alcatroada num troço, depois de efetuado o rejuvenescimento da rede de águas.-----

-----A **Joaquim Santiago (PS)** disse que a estrada que este referiu está em más condições mas não está prevista para já qualquer intervenção na mesma.-----

-----A **Júlio Vieira (PSD)** disse que este veio aqui, numa intervenção bastante longa, dizer mal de tudo e de todos. Quanto à questão do IEJ, disse que ainda bem que este interveniente partilha

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

consigo as preocupações que também tem, considerando que a situação do IEJ é uma situação preocupante para o concelho, em particular para as freguesias de Calvaria de Cima, Pedreiras e Juncal, e que a escola preparatória de Porto de Mós não tem condições para receber os alunos daquela instituição. Disse ainda que concorda com tudo o que disse, apenas com uma nuance, sublinhando que não concorda que o IEJ venha buscar os alunos a Porto de Mós todos os dias. Quanto à abertura de apenas uma turma para início de ciclo do 5º ano, disse que esta não cobre sequer a totalidade dos alunos da vila do Juncal quanto mais os das três freguesias. Disse ainda que não sabia qual o critério que iria ser utilizado. À pergunta sobre o que Câmara tem vindo a fazer, disse que já pediu uma reunião com a Secretária de Estado, lamentando muito que o Agrupamento de Escolas de Porto de Mós não tivesse tido a lealdade, de quando foi convidado para ir falar com a senhora Secretária de Estado, de ter tido uma reunião prévia com a Câmara no sentido de saber qual era a sua opinião e ter aqui alguma sensibilidade relativamente a esta situação. Disse ainda que teve conhecimento de que dessa reunião em Lisboa com o Agrupamento de Escolas de Porto de Mós este deixou lá o retrato de uma realidade que não é a realidade do concelho. Disse ainda poder garantir que o assunto ainda não está encerrado, podendo haver ainda algumas alterações.-----

-----Quanto ao desenvolvimento económico deste concelho, ele sempre passou por um ponto do qual nunca se desviou e que é a situação económica do Município, e isso passa por alguma poupança e pela aposta em infraestruturas que o executivo considera fundamentais.-----

-----Continuou dizendo que o anterior interveniente tem vindo a dizer mal de uma serie de coisas, tendo dito mal do Parque Verde numa serie de artigos que escreveu, bem como da Casa Velório, ou da Casa da Cultura de Mira de Aire ou ainda do Espaço Jovem, estando agora a falar da rotunda, questionando o porquê de ser D. Fuas e não D. Nuno Alvares Pereira, e respondendo disse que a opção da Câmara foi D. Fuas.-----

-----Sobre as comparações feitas com o concelho da Batalha, disse que não comentava mas que estar a dizer mal de Porto de Mós e estar a dizer bem do concelho da Batalha lhe fica mal enquanto portomosense, e o que o enche a si de satisfação é que, Porto de Mós, com todos os seus defeitos, tem ido buscar empresas à Batalha.-----

-----Júlio Vieira insurgiu-se com as palavras do senhor Presidente da Câmara dizendo que a única comparação que fez com a Batalha tinha a ver com a zona desportiva, e que este estava a pôr palavras na sua boca. Levantando-se, abandonou a sala secundado por Olga Cristina Fino Silvestre e José Gabriel Pires Vala.-----

-----O senhor Presidente da Câmara continuou dizendo que relativamente à rádio D. Fuas e ao

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Jornal "O Portomosense", também não é verdade o que disse Júlio Vieira, dado que a Câmara sempre tem apoiado e colaborado com aqueles órgãos de informação.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal lamentou a situação que ocorreu dizendo que os membros desta Assembleia têm sempre espaço para exercer o contraditório. Disse depois que relativamente ao Instituto Educativo do Juncal está completamente de acordo com o que foi dito por Júlio Vieira e também pelo senhor Presidente da Câmara. Reafirmou ainda que o Instituto Educativo do Juncal tem razão de continuidade porque nasceu pela falta efetiva de um estabelecimento de ensino naquela zona, que se pode considerar zona pedagógica. Terminou dizendo que, sendo professor na EB2 em Porto de Mós, pode afirmar com propriedade que a escola não tem condições para receber mais do que uma ou duas turmas. -----

-----**PERIODO DE INTERVENÇÃO DO PUBLICO:**-----

-----Havendo público presente, o senhor Presidente da Assembleia passou a perguntar se alguém queria intervir não havendo qualquer pedido de intervenção.-----

-----**ORDEM DE TRABALHOS:**-----

-----**1. Prestação de Contas Consolidadas – Ano 2015;**-----

-----O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara que a cedeu ao senhor Vice-Presidente, tendo este passado a cumprimentar todos os presentes e a esclarecer a Assembleia acerca da matéria em apreciação, face à documentação que foi oportunamente distribuída por todos os seus membros.-----

-----**Luís Manuel Coelho de Almeida (PSD):**-----

-----Usando da palavra e face à exposição que foi feita pelo senhor Vice Presidente da Câmara na sequência dos documentos dos documentos que analisou, disse que efetivamente esta consolidação não tem nada a ver com as contas da Câmara, ou seja, trata-se de um extra de uma participada (a WRC – Web para a Região Centro, Agência de Desenvolvimento Regional, SA) que teve um determinado resultado, que a Câmara a obrigação de integrar nas suas contas.-----

-----Não havendo mais pedidos de intervenção, foi o presente ponto da ordem de trabalhos submetido a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.-----

-----**2. Modificações orçamentais – 2.ª revisão ao Orçamento do ano de 2016 e 3. Modificações orçamentais – 2.ª revisão às Grandes Opções do Plano do ano de 2016;**-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Usou da palavra o senhor Vice Presidente da Câmara Municipal referindo que, e conforme o senhor Presidente da Câmara já havia afirmado no início desta sessão, esta revisão é consequência da aceitação da candidatura que havia sido feita, no âmbito do quadro comunitário, relativamente ao polo escolar de Porto de Mós.-----

-----Seguidamente o senhor Presidente da Câmara passou a dizer que queria deixar uma nota e que é a seguinte: que o Município de Porto de Mós foi dos primeiros municípios da Região Centro a conseguir a aprovação de uma obra do Programa 2020, figurando o Centro Escolar de Porto de Mós como uma das primeiras escolas a ser aprovadas na região centro em termos de quadro comunitário.-----

-----**Luís Manuel Coelho de Almeida (PSD):**-----

-----Usando da palavra disse que não havendo muito a acrescentar ao que foi dito, gostaria no entanto de perguntar sobre uma verba com o título de "Construção do Parque Temático". Como se trata de uma rubrica nova, que não existia no orçamento anterior, pergunta a que é que a mesma se refere.-----

-----O senhor Presidente da Câmara respondeu dizendo que se trata de uma pergunta pertinente, passando a esclarecer que quando foram preparadas as intenções de investimento para a Comunidade Intermunicipal, Porto de Mós era o único concelho que tinha Património Natural classificado. Assim sendo, ficou uma porta aberta no sentido do Município se poder candidatar a alguma obra que tenha a ver com a valorização desse património natural. Nesta conformidade, o Município está em negociações para aquisição do carvalhal que se situa perto da Central Termoelétrica, afim de ali se traçar um percurso pedestre que possa valorizar aquele espaço como zona natural que é, criando ao longo desse percurso, um parque temático a que se poderia chamar a evolução do homem ao longo dos tempos. Trata-se de uma ideia que está no ar e que depende de algumas variantes que têm de ser analisadas. Se se puder elaborar um projeto credível, em tempo útil, poder-se-á apresentar essa candidatura, por isso é que está aqui a rubrica aberta, para essa eventualidade.-----

-----**António Manuel de Sousa Pires (PSD):**-----

-----Usando da palavra disse que queria questionar o executivo relativamente ao facto de haver aqui um aumento de receita e perguntando se o Município de Porto de Mós tinha tudo preparado e tinha como intenção apresentar esta candidatura, perguntou porque é que ela só foi

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

apresentada agora e não aquando da apresentação do orçamento. Outra questão que coloca tem a ver com o facto de o senhor Vice Presidente da Câmara referir que existem aqui mais de setenta e cinco mil euros de modificação e porquê esta redução nalgumas das rubricas.-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a responder ao anterior interveniente dizendo que a razão pela qual este projeto não foi incluído no Plano de Atividades e Orçamento foi porque na altura em que o mesmo foi elaborado não se sabia desta possibilidade de candidatura para o efeito, sendo certo que só será possível fazer este parque se houver fundos comunitários. Quanto à candidatura do Polo Escolar de Porto de Mós, disse, que só depois de o contrato estar assinado é que se pode dar entrada da receita.-----

-----Seguidamente usou da palavra o senhor Vice-Presidente da Câmara que passou a responder à segunda questão colocada por António Pires, dizendo que os setenta e cinco mil euros de anulações mudaram de rubrica, porque hoje, seis meses de execução decorridos, se verificou que algumas rubricas estavam superdotadas em detrimento de outras que se encontravam praticamente esgotadas.-----

-----Não havendo mais intervenções, foi o ponto dois da ordem de trabalhos - **Modificações orçamentais – 2.ª revisão ao Orçamento do ano de 2016** – posto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria, com cinco abstenções**.-----

-----Foi depois submetido a votação o ponto três da ordem de trabalhos - **Modificações orçamentais – 2.ª revisão às Grandes Opções do Plano do ano de 2016** – tendo o mesmo sido **aprovado por maioria com sete abstenções**.-----

-----**4. 1ª Alteração das Medidas de Execução Orçamental;**-----

-----Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara que começou por dizer que já referiu o fundamental da análise desta situação, dizendo querer realçar um pormenor que tem a ver com as taxas de urbanização e de compensação que resultam de uma fórmula que está publicada mas que parte de um pressuposto que logo à partida, em sua opinião, está errado. Não podendo alterar esta situação, ela terá que ser contornada, disse. Continuou dizendo que o pressuposto é o preço por metro quadrado de construção que está fixado em Diário da República, não obstante na prática esse valor poder ser mais baixo. Certo é que essas taxas serão calculadas com base no valor publicado, fazendo disparar os valores das mesmas. A forma de se poder contornar esta questão de forma a que haja equidade entre os empresários dentro e/ou fora da zona industrial é alterar-se a disposição do artigo 7º.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----**António Manuel de Sousa Pires (PSD):**-----

-----Usou da palavra dizendo que quando esta disposição foi aprovada provavelmente a Câmara já achava que a mesma estava mal, pelo que já deveria ter estudado na altura a situação de forma a que a mesma tivesse sido contornada. Apesar de concordar com a Câmara neste aspeto, dado que os empresários que estão fora da zona industrial estão a ser altamente penalizados por essas taxas, disse que não lhe parece muito bem que este assunto venha aqui agora para ser alterado apenas porque existem algumas empresas que estão à espera desta aprovação para pedirem as respetivas licenças. Pediu ainda alguns esclarecimentos sobre a figura das isenções.-----

-----**Luís Manuel Coelho de Almeida (PSD):**-----

-----Usando da palavra disse que queria realçar o facto de haver muitas empresas que já existiam antes da zona industrial e perguntou se não seria de lhes conceder o mesmo estatuto das que posteriormente se implantaram na zona industrial, para que não venham a ocorrer situações como esta. Perguntou depois quais os critérios que presidem à alteração do limite de cento e cinquenta mil euros para trezentos mil euros.-----

-----**Filipe da Conceição Batista (Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra – JFAS):**-----

-----Usando da palavra perguntou da justiça para aqueles que foram objeto das mesmas taxas há três ou quatro meses atrás. Perguntou ainda se uma alteração destas não careceria de uma ponderação mais sustentada na própria lei e até debatida entre as bancadas desta Assembleia. Continuou dizendo que lhe parece um pouco extemporâneo para os membros da Assembleia que aqui chegam sem qualquer conhecimento deste assunto terem de vir a aprovar uma medida destas. Terminou dizendo que não está contra mas que essa ponderação devia ser feita por todos.--

-----O senhor Presidente da Câmara passou a responder aos anteriores intervenientes, dizendo que há empresas que nunca mais se deslocalizam do sítio onde estão. Disse ainda a Filipe Batista que não se está a fazer esta alteração para favorecer uma empresa mas sim para resolver várias situações. Reforçou ainda o facto de nos últimos tempos não terem havido situações desta ordem. A Luís Almeida disse que, com a revisão do PDM, veio-se permitir que as empresas que estavam numa situação complicada de legalização das suas ampliações, o pudessem fazer.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Seguidamente o senhor Vice Presidente, no uso da palavra esclareceu que o que se está aqui a tratar é de despesa fiscal, que numa autarquia equivale a todas as isenções que a entidade pratica ao longo do ano. Neste contexto, esta despesa fiscal entendeu a Assembleia Municipal aquando da aprovação do Orçamento, limitá-la a cento e cinquenta mil euros do total de toda a despesa fiscal. Continuou dizendo que se está aqui a falar de dois limites: um que tem a ver com a despesa global que agrega todas as isenções de taxas e tarifas concedidas e outro um limite individual de cada requerente, que se baseia numa percentagem sobre o valor global da despesa, sendo que esse limite se situa em cinco por cento do total da despesa global – os mencionados cento e cinquenta mil euros. Assim a alteração que se pede hoje que a Assembleia Municipal aprove é que se altere a base sobre os quais serão calculados os cinco por cento, para o valor de trezentos mil euros.-----

-----**António Manuel de Sousa Pires (PSD)** pediu a palavra para dizer que a sua intervenção agora tem mais a ver com o que disse o senhor Vice Presidente que referiu que esta Assembleia aprovou uma isenção até ao limite de cento e cinquenta mil euros, tendo-se esquecido de dizer que esta Assembleia aprovou por proposta do executivo esse limite. Continuou ainda dizendo que talvez nessa altura, o senhor Vice Presidente desconhecesse as empresas que havia no concelho, porque qualquer uma dessas empresas são aqui visadas. Terminou dizendo que aquilo que se está hoje aqui a fazer, se tivesse sido devidamente pensado e amadurecido, em vez de se pensar apenas que se tem de ter uma receita de determinado valor, não estaria a acontecer.-----

-----Não havendo mais pedidos de intervenção, foi o presente ponto da ordem de trabalhos – **1ª Alteração das Medidas de Execução Orçamental** - submetido a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.-----

-----**5. Contratos Interadministrativos com as Juntas de Freguesia:**-----

-----Usou da palavra o senhor Vice Presidente da Câmara Municipal, dizendo que este assunto lhe parece suficientemente esclarecido porque se coloca de uma maneira absolutamente igual à que se colocou no ano passado, com a vantagem de já se ter essa experiência do passado.-----

-----**Filipe da Conceição Batista (Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra – JFAS):**-----

-----Usando da palavra disse que este processo se poderia ter iniciado muito antes, porque reduzir isto a um e-mail datado de uma semana antes, para a Junta de Freguesia informar da obra que se propõe fazer, é muito pouco. Referindo a Lei 75/2013, disse que esta, na alínea e), nº1 do seu

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

artigo 33º, dispõe que ..."compete à Câmara Municipal discutir e preparar com as Juntas de Freguesia os contratos de delegação de competências". Neste contexto, disse que não houve aqui rigorosamente nenhuma preparação. Na alínea i) também se diz que compete à Junta de Freguesia discutir e preparar com a Câmara Municipal esses contratos. Disse depois que sairiam todos a ganhar, tanto as Juntas de Freguesia como a Câmara Municipal se essa discussão tivesse sido feita. Disse ainda que queria lembrar que não se trata aqui de atribuir mais uma verba às Juntas de Freguesia, trata-se sim de transferir para a Junta de Freguesia uma competência da Câmara Municipal, que a irá executar. Continuou dizendo que no ano passado houve duas reuniões que de nada valeram porque o ponto de partida foi igual ao ponto de chegada. Para concluir, disse que este contrato interadministrativo é talvez a única forma de a freguesia de Alqueidão da Serra receber algum dinheiro para fazer um arranjo pontual. No caso de algumas freguesias este contrato é mais uma forma de obter outra verba.-----

-----Terminou dizendo que, pelo segundo ano consecutivo se volta a cometer o mesmo erro, salientando que estes contratos interadministrativos eram uma boa oportunidade para dar um pouquinho mais a quem tem tido menos. Disse ainda que votará a favor dos contratos interadministrativos em si, mas deixando o seu protesto relativamente à forma como o processo foi conduzido e à forma como as verbas são distribuídas, pelo segundo ano consecutivo, sempre a deixar em baixo quem já está mais em baixo.-----

-----**António Manuel de Sousa Pires (PSD):**-----

-----Usando da palavra disse perceber que os Presidentes de Junta não estejam satisfeitos porque há sempre necessidades que é preciso satisfazer. Fazendo referência ao valor das verbas atribuídas às freguesias, lembrou a retificação do orçamento que aqui foi feita por via do recebimento de oitocentos e vinte mil euros pela Câmara Municipal, fruto da candidatura do polo escolar de Porto de Mós e disse que talvez fosse boa ideia ter reforçado aquelas verbas.-----

-----**António da Conceição Ferraria (CDU):**-----

-----Usando da palavra perguntou se as realizações que as freguesias irão levar a efeito são proposta sua ou da Câmara Municipal.-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a responder, dizendo a Filipe Batista que a sua freguesia é uma das que vai ser beneficiada com parte dos oitocentos e vinte mil euros, com a intervenção que vai ser feita pela Câmara Municipal na estrada de Alqueidão da Serra. Disse ainda que também Mira de Aire é umas das freguesias que será beneficiada com parte dessa verba.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----O senhor Vice Presidente da Câmara passou a responder aos anteriores intervenientes, dizendo que, aquando da aprovação do orçamento, referiu que a partir daquele momento os senhores Presidentes de Junta estavam habilitados a 1 de janeiro, a apresentar um processo idêntico, diferindo a obra mas não o valor, relativamente à obra que solicitavam ou desejavam executar sob delegação de competências. Embora concordando com reuniões prévias, disse acreditar que é possível fazer o máximo com menos recursos, e que a isso se chama eficiência, e atendendo a que os dados não se alteraram e dado o que estava no orçamento aqui aprovado e o que estava nas condições de base do protocolo, elas seriam perfeitamente inúteis.-----

-----**Filipe da Conceição Batista (Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra – JFAS):** -----

-----Usando da palavra respondeu ao senhor Vice-Presidente da Câmara dizendo que o que a ordem de trabalhos para esta sessão refere neste ponto é o seguinte: Contratos Interadministrativos com as Juntas de Freguesia (discussão, aprovação e votação). Continuou dizendo que já houve mais sessões desta Assembleia este ano, considerando que este assunto já deveria ter sido agendado. Continuou dizendo que, no ano passado não ficou assente que iria haver contratos interadministrativos este ano, nem tão pouco quando o interpelou, aquando da aprovação do presente orçamento, apenas afirmando que em princípio ficaria ali determinado valor para o efeito, mas não dando qualquer garantia. Dirigindo-se depois ao senhor Presidente da Câmara disse que este, na sua intervenção, misturou as coisas, dado que este protocolo se destina a obras de conservação, como valetas, passeios e afins e quando se referiu às obras em Alqueidão da Serra para reparação de estradas se está a referir a obras fora do âmbito deste contrato. -----

-----**António Pereira Carvalho (PS):**-----

-----Usando da palavra disse que os setenta e cinco mil euros lhe parece serem iguais ao valor repartido o ano passado, perguntando se este valor foi definido com base em algum critério ou se foi um valor meramente atribuído, porque conforme se disse é menos de meio por cento do valor do orçamento, e a distribuir por dez freguesias lhe parece um valor demasiado reduzido.-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a responder a Filipe Batista, Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra, dizendo que, com certeza este não quis dizer que a Câmara não tem feito nada naquela freguesia.-----

-----A **António Pereira Carvalho** respondeu o senhor Vice-Presidente da Câmara dizendo que é

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

forçado a concordar com ele, quando refere a meio por cento face ao orçamento para 2016. Disse depois que a resposta é que esse era o valor, mais ou menos, que constava da tradição. Porque não foi possível implementar o seu pensamento, que decorre claramente da lei, ou seja, que a delegação de competências não tem nada a ver com quantitativos, optou-se por seguir o que tradicionalmente se seguia, de forma a que umas freguesias não se sentissem discriminadas em relação a outras.

-----**Filipe Batista** respondeu que os critérios utilizados na distribuição de verbas foram a área e a população, contrariando o que acabou de afirmar o senhor Vice Presidente da Câmara Municipal, e não em função das necessidades de cada freguesia, avaliando os projetos apresentados por cada uma.

-----Não havendo mais intervenções, foi o presente ponto da ordem de trabalhos - **Contratos Interadministrativos com as Juntas de Freguesia** - posto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria, com um voto contra e uma abstenção**.

-----**6. Processo n.º 584/1999 – Requerente – Carlos Manuel dos Santos: pedido de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da ampliação da pedreira, denominada “Alto do Agriral”, sita em Penedos Belos, freguesia de São Bento:**

-----Usando da palavra o senhor Vice Presidente referiu que esta é uma situação recorrente nesta Assembleia e que os senhores deputados estão munidos da documentação que lhes permitirá decidir.

-----**António Manuel de Sousa Pires (PSD):**

-----Usando da palavra, disse que na última sessão desta Assembleia em que houve também a aprovação de uma situação semelhante, lhe foi dito que fevereiro era o fim do prazo para estas aprovações e que não haveria mais casos desta ordem. Disse ainda que por muito respeito que possa ter por esta família, não votará nem mais um documento destes favoravelmente.

-----O senhor Presidente da Câmara passou a explicar que o Decreto Lei 165/2014, permite a legalização de três ou quatro tipos de atividades, desde que a Assembleia Municipal declare que há interesse público na manutenção da empresa. O limite máximo de entrada destes processos foi até 2 de janeiro de 2016. Era suposto que a partir desse dia não entrasse mais nenhum. Mas houve algumas empresas que apresentaram antes do dia 2 o processo, mas sem que este estivesse totalmente instruído, sendo-lhe depois dado novo prazo para fazerem a entrega dos documentos em falta, razão pela qual estes processos só agora chegam à Assembleia Municipal.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----**António Pires** usou de novo da palavra dizendo que esta achega que o senhor Presidente da Câmara agora deu faz algum sentido e assim sendo, irá rever a posição que havia assumido.-----

-----Não havendo mais pedidos de intervenção, o senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu a votação este ponto da ordem de trabalhos - **Processo n.º 584/1999 – Requerente – Carlos Manuel dos Santos: pedido de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da ampliação da pedreira, denominada “Alto do Agriral”, sita em Penedos Belos, freguesia de São Bento** – tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal, usando da palavra, e antes de avançar para o próximo ponto da ordem de trabalhos, disse que queria aqui dar nota de que na sexta-feira passada, com muito gosto, assistiu no Teatro José Lúcio da Silva, em Leiria, ao reconhecimento do Centro Cultural da Barrenta, pequena aldeia da freguesia da União das Freguesias de Alcaria e Alvados, que foi agraciado com o prémio Afonso Lopes Vieira.-----

-----**7. Informação nos termos da alínea c), nº 2 do artigo 25º da Lei 75/2013, de 12 de Setembro:**-----

-----O senhor Presidente da Câmara prescindiu de ler o documento enviado a todos os deputados municipais atempadamente, dando conta da atividade do município no período compreendido entre a última sessão da Assembleia e esta mesma, manifestando a sua disponibilidade para prestar qualquer informação tida por conveniente. Não obstante, disse querer dar relevo a alguns assuntos nomeadamente à preparação das Festas de S. Pedro, que se iniciarão amanhã, dia 25 e para cuja abertura oficial desde já, convida todos os presentes. Passou depois a destacar duas ou três obras, estando em fase de adjudicação o processo do edifício da central termoelétrica. Disse ainda que a intervenção do quartel da GNR está em fase de conclusão e em bom andamento a ampliação do Centro Escolar de Porto de Mós. Referiu depois a adjudicação do muro de suporte junto ao ginnodesportivo de Mira de Aire que ameaça ruína pondo em causa a segurança de pessoas e bens. Referiu-se depois à rotunda a construir no IC2, no cruzamento da Tremeceira dizendo que após reunião com os responsáveis, foi-lhe garantido que dentro de 15 dias chegaria o protocolo para se avançar com esta obra ainda este ano.-----

-----Referiu-se depois ao Plano de Intervenção no Espaço Rural, plano de pormenor extremamente importante para todas as freguesias da zona serrana. Trata-se de um processo que não tem sido fácil, estando a ser acompanhado pela Câmara Municipal de Porto de Mós, uma das promotoras em parceria com a Assimagra, mas muito importante para a manutenção das pedreiras do concelho. Referiu ainda o convite feito pela Assimagra para estar representados na Bienal das Artes de Veneza, onde estiveram representantes de industriais do nosso concelho, tendo sido uma

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

promoção excelente.-----

-----**Luís Carlos Vieira Monteiro (PSD)**, usando da palavra disse que esta noite ficou muito triste com a situação que aqui teve lugar, não devendo deixar ninguém indiferente, nem da oposição nem da bancada da maioria. O senhor Júlio Vieira foi acusado de não gostar de Porto de Mós, de gostar mais da Batalha que de Porto de Mós, o que na pessoa dele é extremamente injusto além de não corresponder à verdade. Se há pessoa que tem demonstrado que gosta de Porto de Mós é ele. E isso tem de ser reconhecido, bem como o mérito que ele também tem. Pena é que muitas vezes não lhe seja reconhecido esse mérito aqui em Porto de Mós, na sua terra natal, e noutras instâncias, a nível nacional e em lugares de prestígio e destaque que ele vai ocupar muito em breve, esse mérito lhe ser reconhecido. E pior ainda quando são colocadas na boca das pessoas palavras que elas não dizem e sem possibilidade de as deixar, na altura certa, defender. Este é o estilo que nesta Assembleia parece mal. Resulta de, na generalidade o executivo nunca ter estado no papel de oposição. As coisas correm bem quando se vem aqui gritar alvissaras, dar os parabéns. O problema é a crítica ou a sugestão. Pode não se concordar, mas pelo menos acate-se. Ficaria bem, na altura devida um pedido de desculpas relativamente a essa situação que foi completamente aviltante quer da pessoa quer da condição de deputado municipal.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal usou da palavra dizendo que muitas vezes aqui se confundem os papéis. Referiu ainda que o senhor Júlio Vieira tinha direito ao contraditório sendo necessário saber ouvir e ripostar na altura certa.-----

-----**António Manuel de Sousa Pires (PSD)** usando da palavra disse, dirigindo-se ao senhor Presidente da Câmara, pegando nas palavras de Luís Monteiro, que quando a oposição diz mal é no sentido de se tentar melhorar. E pedindo desculpas disse que hoje o senhor Presidente da Câmara esteve muito mal, porque não percebeu nada do que Júlio Vieira estava a tentar dizer, pois este limitou-se a questionar como ele próprio já vem fazendo há anos. Continuou dizendo que não percebe nem entende como é que naquela zona desportiva se continua, há vinte ou trinta anos a plantar cogumelos. O senhor Júlio Vieira disse, e bem, que se olharmos para os nossos vizinhos do lado vemos que nasceu ali qualquer coisa, que pode ter demorado muitos anos, mas que tem pés e cabeça. Dando razão ao senhor Presidente da Assembleia, disse que as regras são estas pelo que tem de se esperar para se poder ripostar.-----

-----Seguidamente o senhor Presidente da Câmara disse que há uma coisa com a qual todos estão de acordo e que é o facto de se estar na casa da democracia, sendo aqui que se discutem as coisas. Continuou dizendo que a postura que o senhor Júlio Vieira tem vindo a assumir já não é de agora, relembando alguns artigos que este escreveu no jornal. Terminou dizendo que não iria

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

falar mais do senhor deputado municipal uma vez que ele não está presente para se defender, dizendo ainda que lhe dá os parabéns pelo alto cargo que vai desempenhar na Federação Portuguesa de Futebol.-----

-----**António Manuel de Sousa Pires (PSD):**-----

-----Questionou o senhor Presidente da Câmara perguntando se existe ou não algum Plano de Pormenor para a Várzea.-----

-----O senhor Presidente da Câmara disse que existe, estando adjudicado ao arquiteto Santos Silva o Plano de Pormenor para a Zona Desportiva, estando o espaço em que se situam as novas estruturas das tasquinhas já contemplado no referido plano. Disse ainda que aquele é um espaço polivalente que irá ser usado ao longo do ano e não apenas nas tasquinhas.-----

-----**MINUTA DAS DELIBERAÇÕES DESTA SESSÃO:**-----

-----Tendo em conta que várias deliberações deverão tornar-se imediatamente executórias, o Presidente da Assembleia Municipal, deu a conhecer aos membros desta, os termos da minuta das deliberações tomadas nos seguintes pontos: 1. *Prestação de Contas Consolidadas – Ano 2015*; 2. *Modificações orçamentais – 2.ª revisão ao Orçamento do ano de 2016* ; 3. *Modificações orçamentais – 2.ª revisão às Grandes Opções do Plano do ano de 2016*; 4. *1ª Alteração das Medidas de Execução Orçamental*; 5. *Contratos Interadministrativos com as Juntas de Freguesia*; 6. *Processo n.º 584/1999 – Requerente – Carlos Manuel dos Santos: pedido de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da ampliação da pedreira, denominada “Alto do Agriral”, sita em Penedos Belos, freguesia de São Bento, tendo estas sido submetidas a votação e **aprovadas por unanimidade.***-----

-----O senhor Presidente da Mesa da Assembleia declarou a sessão encerrada às 23.30 horas do dia 24 de junho e para constar se lavrou a presente ata que irá assinar e que eu, Maria Fernanda Pinguicha Toureiro, Assistente Técnica, redigi e subscrevo-----

